



MOVIMENTOS SOCIAIS NA INTERNET E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Social movements on the internet and public policies of communication in Brazil

Danielle Azevedo Souza

Mestranda em Comunicação Social, FAC Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF - Brasil, e-mail: danielle_azevedo@yahoo.com.br

Resumo

Esta pesquisa é de natureza analítica e tem como objetivo avaliar a apropriação da Internet por movimentos sociais como ferramenta para reivindicação de políticas públicas de comunicação no Brasil. O uso da rede como um instrumento mais democrático e pluralista para a transmissão de informações é um assunto que tem sido amplamente discutido por pesquisadores da área, que demonstram opiniões diferenciadas, dado os problemas de conectividade enfrentados pelos países menos desenvolvidos, o alto custo de acesso e a falta de capacitação no uso da tecnologia. No Brasil, a participação popular na Internet é restritiva e a legislação existente não abrange os avanços tecnológicos nem a real universalização do acesso à comunicação. Além disso, a rede dificulta a intervenção estatal e, por mais que se caracterize como globalmente descentralizada, sua existência contraditoriamente se baseia em uma função centralizada, de alocação de endereços digitais e nomes de domínio.

Palavras-chave: Internet. Movimentos sociais. Democratização. Políticas públicas.

Abstract

This is an analytical research that aimed to evaluate the ownership of the Internet as a tool for social movements to demand public policies of communication in Brazil. The use of the network as a more democratic and pluralistic instrument for the transmission of information is a matter that has been widely discussed by researchers in the field, which show different views, because of the problems of connectivity faced by the least developed countries, the high cost of access and the lack of training in the use of technology. In Brazil, the popular participation on the Internet is restrictive and the legislation does not cover technological advances nor a real universal access to communication. Although characterized by more and globally decentralized, the network contradictorily is based on a centralized basis of allocation of digital addresses and domain names.

Keywords: Internet. Social movements. Democracy. Public policies.

INTRODUÇÃO

O processo de apropriação e controle da comunicação por parte dos países desenvolvidos, precisamente dos Estados Unidos e de algumas potências europeias, tem acentuado a dependência informativa no restante do mundo desde meados do século XX. Apesar de os países tecnologicamente subordinados haverem tentado, a partir de 1973, romper com o monopólio na produção e circulação de notícias internacionais, a hegemonia norte-americana se reestruturou nos anos 80, marcados pela primazia dos velhos ideais de livre fluxo da informação, e se sustentou com o discurso dominante da Nova Ordem Mundial da Globalização Capitalista, instituída no início da década de 90.

Longe de indicar um mundo sem fronteiras, o projeto de integração social, coligado à política liberal aplicada na indústria da informação, resulta na criação de oligopólios, privatização, desestabilização das comunidades locais em consequência da redução de espaços próprios para produção e difusão audiovisual, concentração do capital e dependência financeira. Além disso, com o enfraquecimento do poder do Estado, os meios de comunicação de massa aproveitam cada vez mais a crise de representação política para consolidarem seu poder na sociedade, determinando o que deve ou não ser divulgado às classes menos favorecidas, que se encontram à margem da vida política e social.

O acesso à informação e às tecnologias firmou-se então como instrumento de poder e de exclusão social, no novo cenário em que o padrão de acumulação capitalista passa a ser baseado no conhecimento. Este, quando codificado, torna-se mercadoria, bem tangível que se armazena e se transfere. De acordo com César Bolaño (2000), o conhecimento técnico e científico serve às necessidades da acumulação e à lógica expansionista do capital. A abordagem histórica do autor revela a existência de dois pré-requisitos necessários à Revolução Industrial: a acumulação primitiva do capital e o que ele chama de acumulação primitiva do conhecimento, seguindo capítulos históricos d'*O Capital* de Marx. Dessa forma, o processo da manufatura seria um processo de usurpação, por parte do capital, do conhecimento do processo de trabalho desenvolvido originalmente pela classe trabalhadora artesanal. O desenvolvimento do conhecimento pragmático na área da produção brota da classe trabalhadora altamente intelectualizada, que realiza as produções mentais e manuais necessárias à

fabricação da mercadoria e que, ao longo do processo de manufatura, vai ser afastada de seu conhecimento, para que este possa ser incorporado ao capital. Assim, segundo Bolaño, o capital é, desde a sua origem, poder econômico e conhecimento. Ele verifica que a acumulação primitiva do conhecimento constituiu o alicerce para a constante revolução das forças produtivas no sistema capitalista.

Ao longo da história do capitalismo, as redes de comunicação e os fluxos de informação expandiram-se atrelados ao poder econômico, político e militar. O desenvolvimento das novas redes telemáticas causou grande impacto social, já que tais redes requerem uma melhoria qualitativa e quantitativa dos níveis educacionais, mas, na prática, os diversos atores sociais não têm o mesmo acesso, nem há igual distribuição espacial de conhecimento. A rede toma uma dimensão global devido ao “novo ambiente econômico mundial de liberalização e de desregulação geral dos mercados” (SHIMA, 2006, p. 346), mas a exclusão no acesso e capacidades de uso é sua marca principal.

Pensar globalmente e atuar no local poderia ser uma alternativa equilibrada de desenvolvimento social informativo, como propõe Francisco Sierra (2005), ao analisar os conflitos e contradições da comunicação na chamada sociedade do conhecimento. Para sua transformação democrática, ao mesmo tempo em que defende a nova configuração labiríntica das redes informacionais na abertura de alternativas à participação e ao diálogo público, o autor salienta que é preciso questionar-se a respeito da sua governança. Ele associa a progressiva perda do poder do Estado à emergência do local como espaço de resistência e diz que as forças políticas e sociais devem começar a definir políticas locais e regionais de comunicação, além de criar plataformas transversais de cooperação. Isso levaria, segundo o autor, à necessidade de redefinição do conceito de serviço público a partir da ruptura, tanto do modelo privado de comunicação cultural, quanto do poder político do Estado, sem que este deixe de participar do controle dos sistemas de comunicação, devendo sim seguir por um caminho de gestão democrática.

O panorama histórico das reformas estruturais do Estado na América Latina coincide com o início das políticas neoliberais, na década de 80. O Estado acaba cedendo ao mercado boa parte das suas responsabilidades como regulador da ordem

social. No âmbito da comunicação, o desaparecimento dos meios públicos midiáticos e a privatização das telecomunicações foram as principais interferências. Os mercados globais e a revolução tecnológica, compreendida como o desenvolvimento da comunicação digital e da informática, inibem ainda mais a existência de um Estado “máximo”.

Economia Política da Internet

A Internet, por muito tempo, permaneceu dominada por agentes acadêmicos, servindo primordialmente à regulação técnica, e em meados dos anos 90, quando passou a ser cobiçada por interesses das companhias comerciais, foi percebida como elemento central da nova economia. O governo americano era quem administrava indiretamente o sistema, através do Internic, até 1998, quando decidiu pela privatização do núcleo da rede e criação da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), um organismo encarregado de ditar as regras de funcionamento às empresas privadas que começariam a gerir o sistema. Em alguns anos, críticas surgiram em torno da possibilidade de inclinação política da ICANN e o processo de “democratização” no qual se tinha engajado passou a ser visto com desconfiança. Na verdade, a própria dimensão política atribuída à Internet é questionada. A rede impõe novos limites à representação do conjunto social, dadas às fronteiras transnacionais e o seu caráter multimídia.

Se as leis internacionais parecem insuficientes para regular a Internet, a formulação de um marco legal no Brasil que atenda às necessidades da convergência midiática parece estar cada vez mais distante. O Ministério das Comunicações do Governo Lula já demonstrou interesse em adaptar a legislação tanto dos setores de telecomunicações, regidos pela Lei Geral de Telecomunicações de 1997, quanto do serviço de radiodifusão, tratado no antigo Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, pretendendo criar um conselho consultivo formado por representantes do mercado para discutir alternativas. No entanto, o governo petista não tem tomado, em seus dois mandatos, nenhuma atitude que venha a prejudicar os interesses do empresariado dos meios de comunicação de massa.

Houve um momento, em 2005, em que o presidente orientou os ministros a retomarem a proposta de criação da Lei Geral de Comunicação de

Massa de 1998, o que regulamentaria dois artigos da Constituição Federal (221 e 222) (BRASIL, 1988), seguindo os princípios de que as emissoras de Rádio e TV dariam preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas na produção e promoveriam a cultura regional e o estímulo à produção regional independente, além de que a propriedade da empresa caberia a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, como também a participação de capital estrangeiro seria disciplinada. Outros artigos que dizem respeito à proibição de monopólio e à criação do Conselho de Comunicação Social nem sequer foram citados. No caso da transição da indústria televisiva para o modelo digital, por exemplo, foi acatado o interesse dos radiodifusores pelo padrão japonês, mesmo havendo propostas e reivindicações da sociedade civil para a criação de um novo modelo de TV digital - o SBTVD - que poderia permitir maior acesso da população à rede mundial de computadores a partir de um televisor, estimulando a inclusão digital e social.

A TV digital entrou em vigor no país sem ao menos ser regulamentada. Seria preciso criar uma legislação que promovesse a unidade das telecomunicações, eliminando os problemas que surgem com a convergência da própria TV digital com a analógica, com a televisão por assinatura, com a telefonia e a Internet. Mas isso está distante de se concretizar. A elaboração de instrumentos legais para a Internet, por exemplo, carece da existência prévia de autoridade política. Na rede, as regras de conduta suprem a falta de leis.

Ao analisar as especificidades legais do ciberespaço, a pesquisadora Ndiaga Loum (2004) afirma que a regulação que ocorre na Internet se adapta mais à flexibilidade da ética e da deontologia, vista enquanto reunião de regras definidas por profissionais de um mesmo setor como normas a que deverão estar submetidas suas atividades, do que a um direito, formalização de uma moral coletiva. Para ela, o Estado, que tem sua capacidade de ação reduzida, atuaria basicamente dando apoio às resoluções já tomadas pelos provedores de rede e usuários. O mercado criaria o precedente e depois o Estado regulamentaria de acordo com o que foi feito, em clara demonstração do controle do privado sobre o público. O ideal seria que o Estado não desaparecesse dos processos de regulação, mas se adaptasse à revolução técnica e organizasse melhor a concorrência do mercado no setor, ao menos em âmbito local.

Torna-se importante ressaltar que a primeira fase para o desenvolvimento da Internet foi caracteristicamente experimental, ligada às instituições de pesquisa, de expansão lenta e gradual e sustentada com verba pública. Ainda não existia uma Economia da Internet propriamente dita, mas sim Economias típicas das Telecomunicações e da indústria de tecnologias, a exemplo da de produção de computadores. Nesse período, houve o desenvolvimento de importantes tecnologias de armazenamento, operação, transmissão e recepção de dados em rede e a invenção de micro-computadores, *modems* e sistemas operacionais para computador. Em 1979, o sistema operacional foi adaptado para fazer a comunicação entre as máquinas ligadas pela rede telefônica comercial.

É somente nos anos 80 que se inicia a abertura do acesso à rede a um maior número de pessoas e países. As inovações tecnológicas visavam aumentar a interatividade e encontrar, pela primeira vez, aplicações de comércio para ela. De qualquer forma, os interesses comerciais só começaram a entrar na rede nos anos 90, atraindo usuários domésticos ou empresariais. Na segunda metade dessa década, a Internet se consolida como uma rede com capacidade de se autofinanciar, em virtude das grandes aplicações comerciais. César Bolaño (2007) revela que foi na segunda metade dos anos 90 que ela ganhou a configuração que assume atualmente, com uma estrutura de poder que gira em torno do capital.

O resultado dessa expansão da rede foi um grande crescimento dos investimentos em tecnologias da informação e da comunicação. A Internet atrai as empresas devido à venda dos serviços de conteúdo, financiamento publicitário ou exploração comercial dos cadastros dos clientes. Bolaño diz que se trata da mesma lógica das indústrias culturais em geral: de criação da mercadoria audiência. Segundo o autor, os grandes jornais, por exemplo, migraram para a *web* à procura de lucros, porque têm o *know-how* necessário para disputar o mercado de informação de massa que a rede abre. A imprensa se viu ameaçada por diversos provedores eletrônicos de informação e, através de um reposicionamento estratégico da empresa na Indústria Cultural, passou a disponibilizar conteúdo na Internet, como forma de disputar assinantes e publicidade.

A década de 90, período em que a Internet começou a ser utilizada como suporte jornalístico, coincide justamente com a privatização das telecomunicações no Brasil. É possível observar a

ocorrência de fusões entre as empresas da mídia, que passam agora a abranger o setor *online*. As mercadorias culturais dos associados passam a ser as mesmas e o que ocorre é apenas uma reapropriação ou reinterpretação. A vantagem é que o custo de produção e difusão de notícias *online* é reduzido, já que não há gastos com a compra de papel e com distribuição em rede física. Entretanto, por mais que sejam os provedores de acesso e as empresas de telecomunicações quem mais ganhem dinheiro com a Internet, é importante salientar que os jornais não migraram para a rede simplesmente para diversificar suas atividades. Por trás das promessas de um jornalismo participativo esconde-se a questão primordial, a concorrência pela publicidade. A gratuidade do jornalismo *online* é mecanismo de transferência de rendas para a constituição da economia em rede, a qual, segundo Valério Brittos (2001), representa a continuidade e a sofisticação do capitalismo. “As redes não garantem vínculo social. Podem até ser clubes de cidadãos, mas isto não é seu papel principal, a função fundamental é serem clubes de consumidores” (BRITTOS, 2001, p. 96).

A digitalização das TIC, ao ampliar o volume de informação disponível e tornar mais rápida e eficaz sua transmissão, sustenta a lógica consumista e alienante instituída pelos meios de comunicação de massa. É praticamente impossível que os indivíduos adotem uma posição crítica diante do excesso de informação *online* absorvida. O efêmero jornalístico resulta na carência de contextualização das mensagens elaboradas para a *web*, devido à importância dada à quantidade em detrimento da qualidade das notícias.

Acompanhando a mesma linha de pensamento crítico, Sierra (2005) acrescenta que a propagação das redes mundiais de comunicação social representaria a naturalização de novos procedimentos de dependência e controle hegemônico. A internet teria sido resultado dos esforços dos Estados Unidos na obtenção do poder econômico mundial mediante controle do setor informativo, sendo assim reducionista o argumento de que a expansão dessa ferramenta favorece indiscriminadamente por igual todos seus usuários. Com a reconstituição dos poderes públicos no desenvolvimento capitalista, em que as empresas privadas adquirem mais função administrativa, e a retomada das visões dominantes das máquinas de representação social, a internet é mostrada como

expressão de participação, igualdade e desenvolvimento econômico equilibrado.

Qualquer alternativa para articular espaços de intercâmbio e socialização tecnológica torna-se inviável diante das desigualdades de acesso e apropriação das redes no Brasil. A nova esfera pública é elitista e fragmentada. Segundo César Bolaño, os fatores de exclusão, no seu interior, continuam sendo a educação e a propriedade, os mesmos da fase do capitalismo concorrencial dos séculos XVIII e XIX, distanciando ainda mais a possibilidade de participação da sociedade no cenário das decisões coletivas. Assim,

Vivemos hoje uma nova reestruturação da esfera pública, que retoma o caráter excludente e crítico da esfera pública burguesa clássica, mantendo e aprofundando, para a maioria da população mundial, o paradigma da cultura de massa e do Estado nacional. A Internet é o exemplo mais importante dessa tendência. Brindada inicialmente como uma estrutura revolucionária, não hierarquizada, de comunicação entre indivíduos livres e iguais, mostra-se claramente hoje como um espaço formado por uma teia complexa e extremamente assimétrica de atores, onde a capacidade de comunicação e de acesso à informação relevante depende justamente daqueles elementos que no passado garantiam o acesso à esfera pública liberal: poder econômico, político e conhecimento (BOLAÑO, 2002, p. 77).

De acordo com Delia Crovi (2004), a Sociedade da Comunicação implica aprendizagem e uma dimensão coletiva, um ambiente em que se estabeleça a dinâmica de participação entre membros ativos que trocam saberes, em que o receptor seja também consumidor das inovações tecnológicas. A autora analisa a situação dos países periféricos e observa que essa realidade de garantia à esfera pública não coincide com a situação da América Latina, cuja realidade é de acesso desigual às novas TIC. Os estados prometem resolver o problema da exclusão digital, mas as propostas se resumem em solucionar as carências de infraestrutura disponível, sem sequer capacitar as pessoas para se apropriarem adequadamente dos novos meios, para aprender a selecionar e interpretar as informações. As propostas formuladas no final da década de 90 a partir do Livro Verde, por exemplo, para a construção da Sociedade da Informação no Brasil, confirmaram

a ideia de que a socialização tecnológica não se reduz à obtenção de ferramentas, mas a práticas de participação, o que significa dizer que os recursos inovativos devem encaixar-se em um contexto democrático, com marco legal e igualdade de oportunidades de intervenção nas decisões.

A comunicação efetivamente participativa é ainda aspiração no caso do Brasil, onde se verifica que a difusão das TIC, especificamente a propagação de computadores, não cresce em nível equivalente à aprendizagem. Se antes a crítica recaía sobre a dificuldade de acesso da população com baixo poder de compra ao computador, devido ao alto custo de aquisição do novo equipamento e seu curto ciclo de vida, agora, com programas emergenciais, a exemplo do “Computador para Todos” do Governo Federal, que facilitou a compra de computadores a preços mais baratos, oferecendo créditos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, o fator preocupante recai sobre os indicadores educacionais.

Segundo informações do Ministério da Ciência e Tecnologia, o consumo de PCs cresce anualmente no Brasil. Enquanto em 2005, os consumidores adquiriram 5,6 milhões de unidades de computadores de mesa, no ano passado, o consumo saltou para 8,2 milhões. No segmento doméstico, em 2006, foram comercializados 3,5 milhões de computadores. Entre 2005 e 2007, foram financiados 11.509 equipamentos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Mas de que adianta facilitar a apropriação de PCs a quem não domina a linguagem da informática? Não há como fazer inclusão digital sem que antes haja inclusão social e econômica.

De acordo com dados do IBGE, em 2005, o índice de analfabetismo era de 11% e o de analfabetismo funcional chegava a 23,5 % do total de habitantes com 15 anos ou mais de idade residentes nas grandes regiões do Brasil. As pesquisas do Instituto revelaram também que 20,5% das pessoas com 10 anos ou mais de idade que não navegavam na Internet, não o faziam porque não sabiam usar a ferramenta. Ao todo, apenas 21% da população tinham acesso à rede mundial de computadores. Esses números recebem grande influência do fator econômico de distribuição de renda, já que com relação a rendimentos financeiros, os levantamentos do IBGE, em 2005, constataram que, do total de pessoas que tinham usado a internet nos três últimos meses antes da pesquisa, 76,2%

tinham um alto nível de escolaridade, equivalente a 15 anos ou mais de estudo, e a maioria - 69,5% - era formada por trabalhadores que recebiam mais de cinco salários mínimos.

Movimentos sociais na rede

Para quebrar essas barreiras estatísticas e contribuir na democratização da esfera pública, os movimentos sociais têm aprimorado estratégias e usufruído das novas possibilidades de articulação promovidas pela própria internet. A rede tecnológica agrega agora redes de ativistas sociais que combatem a exclusão digital, a globalização capitalista, o caráter excludente da mídia, o oligopólio da informação e as consequentes dificuldades de apropriabilidade do conhecimento. Além de facilitar a mobilização interna, a Internet permite ampliar os espaços de divulgação e de articulação dos movimentos sociais. Os argumentos de Denis de Moraes (2007) explicitam que a web rompe com as ideias de hierarquia e controles incorporadas à mídia convencional, permitindo experiências de produção e difusão informativa no sentido contra-hegemônico. Para o autor, a comunicação alternativa em rede tem viés anticapitalista e defende a liberdade de expressão e os direitos da cidadania, além de “construir espaços de afirmação de óticas interpretativas críticas e de práticas jornalísticas cooperativas, com a finalidade de defender a diversidade informativa e valores éticos” (MORAES, 2007, p. 3).

Assim, a comunicação alternativa prevê que jornalistas devem estar dentro do conflito, indo de encontro à ideia de informação enquanto produto comercial. A comunicação na *web* constituiria jornalismo cooperativo e independente, provocando a compreensão crítica dos acontecimentos e assemelhando-se, do ponto de vista teórico, do chamado “jornalismo aberto”, que começou a ser praticado pelos militantes do *Independent Media Center* (IMC), por volta de 1999, durante a conferência da Organização Mundial do Comércio em Seattle (EUA). Esses atores utilizaram a Internet para retomar o controle do seu próprio discurso, até então intermediado pela mídia tradicional, a qual, naquele momento, atendia interesses particulares da categoria dominante. As estratégias eram de não confiar o relato de suas ações a agências jornalísticas e passar a escrever seus textos e disponibilizá-los na rede, em tempo real e a custos baixos. A Internet também se revelou instrumento importante de um

discurso alternativo na reunião de cúpula do G8, em Gênova, e no atentado às Torres Gêmeas no 11 de setembro.

E é essa a lógica da comunicação alternativa. Ela procura operacionalizar, conforme explica Álvaro Benevenuto (2002), a expressão “massivamente controlada” no campo da mídia. Para tanto, os movimentos sociais investem na Internet visando divulgar amplamente sua mensagem, mesmo que não saibam qual é o seu público. “De acesso livre e descompromissado com a espacialidade, as mensagens ali (nos novos ambientes midiáticos) disponibilizadas, em tese, estão mais próximas do público, possibilitando gerar respostas mais rápidas” (BENEVENUTO, 2002, p. 149). As rádios livres no Brasil, por exemplo, que foram criadas nas universidades e nunca passaram a ser institucionalizadas, utilizam a internet como meio de articulação nacional.

A troca de experiências na rede e as novas possibilidades de participação têm trazido saldos positivos para a cidadania, embora se faça necessário manter precaução em virtude da forma e das condições em que a rede de computadores foi criada. Por mais que se caracterize como globalmente descentralizada, a existência da Internet contraditoriamente se baseia em uma função centralizada, que é “a alocação universal de endereços digitais para as máquinas, nomes de domínio para as pessoas e os organismos, e a correspondência entre os dois” (MOUNIER, 2006, p. 206). A ICANN foi criada como um organismo independente de interesses comerciais e governamentais, mas se assemelha a um governo na rede e, por ter sido constituída pelo Departamento do Comércio norte-americano, está intrinsecamente submetida ao controle desse governo, que a utiliza para legitimar o DNS (Domain Name System), sistema global de correspondência sem o qual a Internet não existiria. O potencial de controle e vigilância advindo da criação de sistemas de registro de assinaturas e domínios e as possibilidades de quebra dos direitos de privacidade pressupõem a existência de um poder informacional e de fatores reguladores intrínsecos (SASSEN, 2007). No mais, as facilidades do uso das TIC para discutir alternativas de atuação em escala mundial, por parte das entidades ativistas, não podem ser confundidas com a consolidação de uma esfera democrática na rede.

Contar com a internet como espaço novo na operacionalização de políticas públicas é um pensamento restritivo, já que não se trata de um ambiente genuinamente representativo da sociedade. A ideia de que há participação popular nos fóruns virtuais, ao menos no Brasil, onde a minoria tem acesso à rede mundial de computadores, acaba por fracionar a sociedade e restringi-la a uma coletividade de indivíduos que possuem melhor poder aquisitivo e alto nível de escolaridade.

De qualquer forma, é importante notar que os movimentos sociais formam a ala progressista que interfere na construção do modelo brasileiro de regulação da comunicação, fazendo a mediação entre as reivindicações da sociedade civil e as ações do Estado. Se antes, mais precisamente na década de 80, eles eram permeados pelo conceito de autonomia, com a atual pluralidade e a renovação das ações de participação social, a visão de cidadania se sobrepõe, acrescentando aos pedidos de garantia dos direitos, a importância dos deveres do cidadão nas políticas sociais governamentais. Os movimentos ativistas brasileiros na área da comunicação social são bons arquétipos para essa situação. Quando houve a regulação da TV a cabo, depois da Reforma Constituinte de 1988, novos atores, a exemplo do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), surgiram no ambiente regulador da indústria da TV no país. De acordo com Othon Jambeiro (2002), até essa época, o espaço era comandado por grupos econômicos e políticos organizados pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e pelo Ministério das Comunicações. Este último teve seu papel reduzido depois da Constituição e esteve completamente fora das discussões a respeito da regulação da TV a Cabo.

Além do FNDC, o grupo Intervezes e o CRIS-Brasil destacaram-se como importantes agentes sociais, que conseguiram romper algumas barreiras que fechavam a esfera reguladora da indústria da TV, ampliando ainda o alcance do debate público sobre a política brasileira de comunicação. Defendendo a participação da sociedade civil junto com o Estado na regulação e implantação de políticas para o setor, as entidades têm alcançado pequenas vitórias no campo da regulamentação. De acordo com Murilo César Ramos (2000), uma esfera pública concebida a partir da efetiva participação popular, em que os cidadãos manifestassem nos espaços sociais da

Internet suas opiniões e controlassem as ações do Estado, seria a forma mais radical e democrática de comunicação. Ele defende a retomada do debate sobre o direito à comunicação enquanto um novo direito humano fundamental, de “quarta geração”, mais adequado a atender as expectativas democráticas, frente às sociedades da informação e da comunicação. “Um dos maiores desafios na luta por um Estado democrático contemporâneo é o resgate do espaço formador das políticas sociais mediante a inclusão crescente de todos os atores sociais” (RAMOS; BAYMA; LUZ, 2001, p. 5).

Realmente fica difícil imaginar democracia no contexto de globalização e das novas TIC sem que haja comunicação democrática, sem que ocorra difusão do conhecimento ou sem que sejam socializados os sistemas de informação para uso de computadores. As interconexões teóricas analisadas neste texto serviram para detectar que mesmo com a propagação de redes mundiais de comunicação social, o fluxo do conhecimento não acontece de forma harmônica na Nova Ordem Mundial. O espaço público digital proporcionado pela Internet surge como cenário de acumulação do capital e ao mesmo tempo passa a ser habitado por movimentos sociais, que criam novas organizações políticas sob o fragmentado poder do Estado no neoliberalismo. Apesar dos novos modos de mobilização da sociedade civil no ciberespaço e a consolidação de uma política global emergente, é importante que as lutas fortaleçam as relações em âmbito local e, mais que alcançar novos ativistas regionais, conquistem a consolidação de uma esfera pública composta por diferenciados participantes. E isso só será possível com a socialização tecnológica e do conhecimento e não com uma rede de atores sociais que mais parecem espectadores da cena política na qual eles próprios estão inseridos.

REFERÊNCIAS

BENEVENUTO, A. As histórias, as novas mídias e a comunicação alternativa como interlocutores de novas práticas sociais. In: PERUZZO, C.; COGO, D.; KAPLÚN, G. **Comunicação e movimentos populares**: quais redes? São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2002. p. 133-154.

BOLAÑO, C. R. S. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec; Polis, 2000.

- _____. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: a re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-78, 2002.
- BOLAÑO, C. R. S. et al. **Economia política da internet**. São Cristóvão: Ed. da UFS, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRITTOS, V. C. **Capitalismo, redes contemporâneas e exclusão**. Comunicação e espaço público. Brasília: Ed. da UnB, 2001.
- CROVI, D. **Sociedad de la información y el conocimiento**: entre lo falaz y lo posible. Buenos Aires: La Crujía, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados da pesquisa nacional por amostragem de domicílios**. (PNAD 2005). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 24 ago. 2008.
- JAMBEIRO, O. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.
- LOUM, N. Internet y regulación: la ética y la deontología prevalecen sobre el derecho. In: CROVI, D. **Sociedad de la información y el conocimiento**: entre lo falaz y lo posible. Buenos Aires: La Crujía, 2004. p. 287-310.
- MORAES, D. de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista Eptic**, v. 9, n. 2, 2007. Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 26 ago. 2008.
- MOUNIER, P. **Os donos da rede**: as tramas políticas da internet. São Paulo: Loyola, 2006.
- RAMOS, M. C. **Às margens da estrada do futuro**: comunicações, políticas e tecnologia. Brasília: Editorial Eletrônica, 2000.
- RAMOS, M. C.; BAYMA, I.; LUZ, D. **Por políticas democráticas de comunicação**. Brasília, 2001. Mimeografado.
- SASSEN, S. **Una sociología de la globalización**. Buenos Aires: Katz, 2007.
- SHIMA, W. T. Economia de redes e inovação. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. **Economia da inovação tecnológica**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 333-262.
- SIERRA, F. Sociedad de la información y movimientos sociales: alternativas democráticas al modelo de desarrollo social dominante. In: SÁEZ, V. M. **La red es de todos**: cuando los movimientos sociales se apropian de la red. Madrid: Popular, 2005. p. 91-115.

Recebido: 23/09/2008
Received: 09/23/2008

Aprovado: 03/10/2008
Approved: 10/03/2008

Revisado: 30/10/2009
Reviewed: 10/30/2009